

Governo investe 1,5 milhões de euros na oferta de transportes públicos urbanos em Lisboa e Porto

5 de Novembro, 2020

O Ministério do Ambiente e da Ação Climática vai dotar as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto com uma verba de 1,5 milhões de euros para reforçar a oferta de transportes públicos urbanos nos casos pontuais próximos da lotação máxima permitida (2/3), principalmente nos períodos de ponta da manhã e da tarde. Serão também contratualizados operadores de transporte coletivo rodoviário com atividade reduzida (serviço ocasional/turismo) cujos meios podem ser mobilizados para este reforço. A cerimónia relativa a este acordo de reforço da oferta de transporte público nas duas Áreas Metropolitanas decorreu esta quarta-feira, em Lisboa.

O presidente da Área Metropolitana do Porto, Eduardo Vítor Reis destacou a perceção que ainda existe de os transportes públicos serem um risco para segurança dos cidadãos relativamente à Covid-19, pelo que o investimento do Governo é gratificante no sentido de atenuar tal ideia. “Este não é apenas um assunto de mobilidade: é também um assunto que diz respeito à dimensão ambiental”, destaca, justificando que na Área Metropolitana do Porto, “há uma intensificação da utilização do veículo próprio” devido à pandemia. Para o responsável, é assim fundamental contrariar a perceção de que transportes públicos são de “risco iminente” até porque “está por demonstrar que haja uma relação direta entre o transporte público e os riscos sanitários”.

Numa primeira fase, recorda Eduardo Vítor Reis, aquilo que se tentou fazer foi um ajustamento, mantendo a “melhor oferta possível” de transportes, “perdendo algumas frequências nos horários não de ponta e ganhando essa frequência nos horários de ponta. Tratou-se de uma distribuição de carga de frequências e não de um reforço do transporte propriamente dito”, explica

O presidente da Área Metropolitana do Porto quis destacar que, para além da vertente ambiental, o investimento do Ministério do Ambiente e da Ação Climática nas duas Áreas Metropolitanas vai também responder à vertente social: “Vai permitir complementar o esforço que as empresas públicas estão a fazer com aquilo que pode ser uma cooperação com o setor privado (...), estabelecendo-se uma espécie de parceria entre os dois setores, melhorando a qualidade das empresas que estão a ficar numa situação de grandes dificuldades”. O responsável reconheceu também tratar-se de um esforço do Governo no rumo à descarbonização, valorizando ao mesmo tempo a “operação que está acontecer que vai acontecer”, destacando que, juntamente com os 17 municípios, “vamos tentar repercutir de uma forma mais reforçada” no que hoje está a ser celebrado.

[blockquote style="2"]O sistema a funcionar com uma capacidade

acima do que seria a normal num período sem pandemia[/blockquote]

Por seu turno, **Fernando Medina, presidente da Área Metropolitana de Lisboa**, quis destacar o facto essencial dos transportes públicos serem um “meio seguro de mobilidade” no período pandémico que hoje se vive. E tal afirmação, segundo o autarca, é corroborada por vários estudos e análises onde se constata que a “característica da forma como as pessoas estão no transporte coletivo é a melhor explicação que temos para não haver surtos associados” a trajetos marcado pelo transporte públicos. Tal constatação, depois de largos meses de pandemia, tem uma “grande importância” na forma como “nos dirigimos aos cidadãos. Desde muito cedo que a oferta do transporte coletivo em Lisboa está a níveis mínimos de 100%, relativamente ao período homólogo” e os “operadores a funcionar acima do que eram os valor da oferta do período homólogo”. Embora os “dados da procura se situem nos 60%”, o autarca salienta que nos dados da oferta “o sistema está hoje a funcionar com uma capacidade acima do que seria a capacidade normal num período sem pandemia”. E tal situação traduz-se na “manutenção da regularidade” e da “qualidade de serviço” mas também no “reforço da segurança, na medida em que as lotações são inferiores àquilo que estão legalmente estabelecidos”. Aliás, há “operadores e companhias que estão a funcionar com ofertas acima daquelas que tinham há um ano”. Mas tal ação, diz o autarca, só foi possível com uma decisão determinada por parte do Governo: “É um investimento pouco falado mas de largas dezenas de milhões de euros que tem vindo a ser feito para manter operacional um sistema de transporte coletivo com capacidade acima dos 100%”. Depois, o “trabalho intenso” que tem sido feito pelas “companhias” e “operadores” que têm adotado uma “política de higienização” e de desinfeção” é capaz de “assegurar a segurança de todos os colaboradores”, refere.

Relativamente ao reforço que está a ser feito nas duas Áreas Metropolitanas, Fernando Medina considera tratar-se de uma “iniciativa de rede de segurança” onde “procuramos antecipar problemas” que surjam e, uma “afinação”, nomeadamente na Área Metropolitana Lisboa, relativamente a áreas de intervenção que se podem colocar relativamente a “horários específicos dentro do meio ferroviário, que hoje está com uma oferta superior relativamente ao período homólogo”, e também “aumentar o sentimento de segurança”. O autarca reconhece tal iniciativa, sublinhando que tudo farão para que o “transporte coletivo se continue afirmar como elemento de segurança, tranquilidade e alguma normalidade na vida dos cidadãos” e, assim, preparar um “pós-pandemia com mais transporte coletivo e menos transporte individual”.